



## DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, IDEOLOGIAS E RESISTÊNCIAS: expressões na África e no Brasil

**Ilse Gomes Silva<sup>1</sup>**  
**José Luis de Oliveira Cabaço<sup>2</sup>**  
**Célia Regina Congilio<sup>3</sup>**  
**Maria Gorete de Sousa<sup>4</sup>**

### PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

A mesa temática conta com a participação de professores da Universidade Técnica de Moçambique, das universidades federais do Maranhão e do Pará e de doutoranda da Universidade de Córdoba e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O eixo norteador das exposições são as reflexões sobre o processo de acumulação capitalista e suas repercussões no campo político e ideológico, principalmente no que se refere as ações do Estado em sua relação com os movimentos sociais representantes da organização política da classe trabalhadora.

Dra. Ilse Gomes Silva participa com a temática - Estado, ideologias e criminalização dos movimentos sociais no Brasil, abordando a formação de consensos em torno das políticas neoliberais de combate a crise capitalista e a ação repressora do Estado aos movimentos de resistência, criminalizando as expressões de luta da classe trabalhadora.

Dr. José Luis de Oliveira Cabaço refletirá sobre as lutas sociais de independência dos países africanos contra o capitalismo na África em sua expressão colonialista e imperialista e os processos de construção dos estados nacionais. Considera que uma nação está em constante transformação e no caso específico da África os Estados nacionais ainda estão em processo de formação e de construção das identidades nacionais.

Dra Célia Regina Congilio sua exposição tem como título - Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos no Sudoeste do Pará. Analisa os processos contemporâneos de ocupação amazônica, tendo como referência a atividade mineradora no sudeste paraense, mais especificamente a concentrada no entorno do município de Marabá e os conflitos gerados pela forma predatória dessa cadeia produtiva que expulsa camponeses e ribeirinhos de suas terras em que antes produziam e reproduziam suas existências.

Maria Gorete de Sousa apresenta um panorama da questão agrária brasileira e suas determinações com o avanço do capital no campo. A partir dos movimentos sociais de resistência no campo, suas experiências, lutas e articulações internacionais como vai sendo construído uma organização internacional dos camponeses – a Via Campesina, como resistência ao modelo de desenvolvimento do campo, onde a produção de alimentos torna-se mercado.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: ilse@terra.com.br

<sup>2</sup> Doutor. Universidade Técnica de Moçambique.

<sup>3</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: conborg@uol.com.br

<sup>4</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Córdoba.



## ESTADO, IDEOLOGIA E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Ilse Gomes Silva<sup>1</sup>

### Resumo:

Em um cenário de formação de consensos e dissimulação da violência contra o movimento social, o artigo aborda a ação repressora do Estado e o processo de criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Considero que o Estado, diante das sucessivas crises, utiliza os seus recursos midiáticos e discursivos, além é claro dos coercitivos, para criar um consenso em torno das medidas a serem tomadas para o enfrentamento da crise, convocando toda a sociedade a se empenhar nessa jornada. Entretanto, apresenta à sociedade a resistência dos trabalhadores às políticas neoliberais como caso de polícia ou de reação de um grupo de baderneiros que insistem em perturbar a ordem, ou não colaboram com os esforços da “nação” para superar ou impedir os efeitos das crises econômicas no plano nacional.

**Palavras-chave:** Estado, ideologia, movimentos sociais.

### Abstract:

In a scene of consensus-building and dissimulation of violence against social movement, the article discusses the repressive actions of the state and the process of criminalization of social movements in Brazil. I believe that the state, in the face of successive crisis, uses its media resources and discursive, and of course the coercive, to create a consensus on the measures to be taken to combat the crisis, calling the whole society to engage on this journey. However, the company has workers' resistance to neoliberal policies as a police or reaction of a group of troublemakers who insist on disturbing the peace, or do not cooperate with the efforts of the "nation" to overcome or prevent the effects of economic crisis nationally.

**Keywords:** state, ideology, social movements.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: ilse@terra.com.br



## Introdução

A ideologia é um termo que permite múltiplas definições. Tem sido associada às ideias de uma época, as concepções de mundo, a um conjunto de crenças, ao falseamento da realidade, a concepções que legitimam um poder dominante, a estruturação dos discursos. Portanto, não é possível negar a presença da ideologia na estruturação do mundo concreto, embora tenham aqueles que advogam o fim das classes sociais, da luta de classes e das ideologias.

“pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação” (ZIZEK, 1996: 7).

Determinar o fim das classes sociais, da luta de classes e das ideologias para indicar que a sociedade capitalista atingiu uma sociabilidade sem conflitos denuncia a existência da ideologia, uma vez que ao negá-la se afirma a sua presença. Negar o conflito de classes e as desigualdades sociais gerados pelo modo de produção capitalista tem sido um recurso utilizado por alguns intelectuais e governantes para evitar o questionamento das estruturas constitutivas dos processos de dominação e exploração.

Mészáros (1996) considera que essa perspectiva de negar a existência da ideologia e dos conflitos de classe encontrou um campo fértil logo após a Segunda Guerra Mundial, pela expansão do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico que ocorreu nessa época. Essa perspectiva se ampliou e “paradoxalmente ele(a) também conseguiu confundir e desarmar os representantes de algumas correntes intelectuais do extremo oposto do espectro político” (MÉSZÁROS, 1996: 76).

No campo da organização dos processos de trabalho, Mészáros (1996) para exemplificar essa perspectiva de negação dos conflitos e afirmação do consenso e do fim das ideologias, aponta o “gerenciamento científico” fundado por Frederick W. Taylor, que embora tenha surgido em época anterior a pós Segunda Guerra Mundial, é representativo dessa concepção.

Em sua época, Taylor sabia muito bem – assim como mais tarde seus seguidores ‘anti-ideológicos’ – que estavam realmente em jogo as relações de poder social de dominação e subordinação hierárquicas.



Porém, com uma retórica característica, entusiasmava-se com 'a substituição da discussão e da disputa pela cooperação fraterna, com ambos se empenhando determinados na mesma direção, em vez de seguirem separados; com a substituição da vigilância suspeita pela confiança mútua; tornando-se amigos em vez de inimigos' (MÉSZÁROS, 1996: 88).

No campo dos intelectuais de esquerda, Mézáros (1996) aponta Lucien Goldmann, por ele acreditar que no pós-guerra a expansão capitalista representava um período de capitalismo organizado, em que a intervenção do Estado levaria a diminuição das crises sociais e políticas. Essa posição equivocada foi consequência de uma avaliação centrada nos países de capitalismo avançado e pela aceitação acrítica do discurso dos adversários que propagavam o fim da escassez.

Passados os anos gloriosos da expansão capitalista o mundo tem vivenciado sucessivas crises desde 1970 e adentra o século XXI mergulhado em uma das maiores crises já enfrentado pelo capital. A cada nova crise a burguesia se apressa em apresentar como responsáveis pelos baixos índices de crescimento econômico e de lucratividade a intervenção do Estado no sistema de proteção social e o movimento social da classe trabalhadora. Exerce uma pressão sobre os governos para adotar medidas que promovam a flexibilização das relações de trabalho e aumente a repressão direta e indireta sobre as entidades representativas do movimento social da classe trabalhadora.

O Estado esmera-se em garantir por “meios legislativos e coercitivos” como diria Gramsci (1991), a realização dos interesses políticos, ideológicos e econômicos da classe dominante e exercido o seu poder político ao apresentar a sociedade a resistência dos trabalhadores às políticas neoliberais como caso de polícia ou de reação de um grupo de baderneiros que insistem em perturbar a ordem, ou não colaboram com os esforços da “nação” para superar ou impedir os efeitos das crises econômicas no plano nacional. Segundo Gramsci, o Estado em sua natureza de Centauro pode apresentar como perspectivas de ação: “da força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (...) da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc” (Gramsci, 1991: 41)

Do ponto de vista de conquistar o consentimento da classe trabalhadora e garantir o apoio ativo para as políticas de reajustes neoliberais, o Estado, diante das sucessivas





crises, utiliza os seus recursos midiáticos e discursivos, além é claro dos coercitivos, para criar um consenso em torno das medidas a serem tomadas para o enfrentamento da crise, convocando toda a sociedade a se empenhar nessa jornada.

Esse cenário de formação de consensos e dissimulação da violência contra o movimento social da classe trabalhadora exige que se descortinem esses processos. Compreendo que o estudo da ideologia burguesa oferece os instrumentos teóricos necessários para problematizar o discurso da legalidade, da igualdade e da liberdade presente na ação repressora do Estado brasileiro ao movimento social da classe trabalhadora nesse início do século XXI.

### **Estado, ideologia e criminalização dos movimentos sociais de resistência**

A ideologia, como já foi afirmado, possui variadas definições e noções. Nesse artigo busquei me apoiar principalmente nas contribuições de autores do campo do marxismo, principalmente nas elaborações de Marx e Engles, Gramsci e Althusser, além de alguns contemporâneos.

Althusser (1996) afirmou que das obras de Marx e Engels os Manuscritos de 1844 e A Ideologia Alemã (1845) são o mais representativos da teoria da ideologia. Os Manuscritos pelo encontro de Marx com a economia política em seu anseio de buscar as causas dos conflitos políticos e A Ideologia Alemã por representar o elo de transição da produção teórica entre as fases de juventude e maturidade de Marx..

Em A Ideologia Alemã, escrita para realizar uma crítica aos chamados jovens hegelianos, Marx e Engels tecem sua concepção materialista da formação da realidade social, defendendo que a consciência dos indivíduos é construída a partir das condições materiais de sua produção, ou seja, quem determina a consciência dos indivíduos é a vida real.

Esse modo de produção não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma forma de vida determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são coincide com sua produção, tanto com o que eles produzem, quanto com o como eles o produzem. O



que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 2007: 42).

Ao identificar a construção da consciência pela forma assumida da organização da vida material, os autores localizam a formação da ideologia no interior desse processo. A organização do trabalho produz um estranhamento entre o indivíduo e o produto que se automatiza ao assumir a forma mercadoria. A ideologia está contida nesse estranhamento entre o indivíduo e a mercadoria.

A consciência não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente, e o ser dos homens é um processo de vida real. Se em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como em câmara obscura, este fenômeno provém igualmente de seu processo histórico de vida (...) (MARX e ENGELS, 2007: 48).

Para Marx e Engels a sociedade é constituída por níveis estruturais articulados enquanto uma totalidade. Esses níveis seriam a base econômica ou infraestrutura e a superestrutura formada pelo arcabouço jurídico-político ou o Estado e a ideologia em suas diferentes expressões. Em uma formação social esses níveis articulados garantem o processo de produção e reprodução dessa formação social.

Gramsci (1991) realça que no Prefácio da Crítica da Economia Política, Marx expõe que a tomada de consciência dos conflitos da instância econômica é adquirida através da ideologia e acrescenta que o poder dominante garante o consentimento ativo de seu domínio através da construção da hegemonia e a ideologia é parte constitutiva da hegemonia.

Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho (GRAMSCI, 1991: 405)

Para conquistar a hegemonia política, a classe dominante necessita dos chamados aparelhos ideológicos presentes na sociedade civil, da cultura e dos intelectuais. Para Eagleton (1997) é com Gramsci que

se efetua a transição crucial da ideologia como 'sistema de ideias' para ideologia com prática social vivida, habitual – que, então deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da



experiência social, além do funcionamento de instituições formais (EAGLETON, 1997: 197).

As contribuições de Althusser (1996) para a compreensão dos processos de reprodução das relações de produção capitalista e da força de trabalho estão em sua abordagem sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado em que demonstra a existência material da ideologia nas práticas e rituais presentes nesses aparelhos.

A reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução da sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem 'com palavras' a dominação da classe dominante (ALTHUSSER, 1994: 108).

Ao adotar como referência teórica a contribuição principalmente de Althusser, compreendo que a ideologia “é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” e essa “ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1996: 126 e 128). O autor acrescenta que “não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela ( e ) não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos” de forma que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1996: 131).

No caso específico do Aparelho de Estado burguês, a estrutura jurídica-política interpela os agentes de produção como cidadão, sujeito de direitos, livres para se submeterem as normas de sua sujeição, para exercerem as atribuições que lhes foi definido pela divisão social do trabalho e conseqüentemente pela organização social dominante. Suas instituições tem como princípio de organização a liberdade e a igualdade e sua legitimidade está ancorada no conjunto dos cidadãos livres e iguais, na chamada soberania popular e na responsabilidade do Estado para com todos. Esses cidadãos tem como forma de participação o sufrágio universal como expressão da “vontade geral” e são regidos por um conjunto de normas expresso em leis. A liberdade e a igualdade desses cidadãos residem na relação que mantém com as leis, concebidas como expressão da “vontade geral”.



Na visão dos clássicos do liberalismo a liberdade e a igualdade são tidos como direitos de natureza e uma vez reconhecidos são considerados obrigatórios e universais. Locke considera que a criação do Estado Civil não institui nenhum novo direito apenas reconhece os já existentes no estado de natureza, principalmente o direito a propriedade. A naturalização desses pressupostos garante que qualquer questionamento a essa ordem seja considerado um ato contra a ordem, contra o progresso, contra os direitos de natureza.

É desse modo que a ideologia burguesa tem, de modo privilegiado, ocultado as raízes da exploração do trabalho pelo capital e as formas de reprodução da dominação burguesa ao exigir do Estado a manutenção da ordem como justificativa para a repressão aos movimentos sociais da classe trabalhadora. A classe dominante se utiliza dos Aparelhos Ideológicos de Estado, principalmente dos meio de comunicação para impedir a visibilidade dos processos de exploração e justificar a repressão aos movimentos sociais, ou seja, “para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta” (ZIZEK, 1996: 14).

Embora essa seja uma prática estrutural do Estado, reconhecida ao longo dos anos, nessa primeira década do século XXI, temos presenciado uma ofensiva ideológica e repressora contra os movimentos sociais da classe trabalhadora que denunciam a lógica perversa das medidas neoliberais e reivindicaram o seu direito a moradia, a reforma agrária e a melhorias salariais.

No Brasil, o governo federal diante da crise do capital de 2008 adotou o discurso de que o país esteve preparado para o enfrentamento da crise e se preocupa com a parte da população mais frágil ao implementar programas de combate a pobreza baseado em lemas como “Brasil Carinhoso”, “Brasil sem miséria”

Entretanto, estudos recentes sobre as lutas sociais no Brasil nessa primeira década do século XXI indicam que, embora com diferenciações, ocorreram diversas ações dos movimentos sociais no campo sindical urbano, rural e popular<sup>1</sup> e essas ações aumentaram e se diversificaram principalmente a partir da crise econômica mundial de

<sup>1</sup> Ver por exemplo o artigo de SOUZA em Lutas Sociais, n. 25/26, 2010.





2008. Cresceram inclusive as lutas sociais protagonizadas por estudantes, indígenas, sem-teto e atingidos por barragens.

Contrastando com o discurso governamental de que o país vive os seus melhores momentos de desenvolvimento econômico e social, os estudos demonstram que “o povo brasileiro não vem lutando somente por trabalho, terra e moradia, mas por melhores condições de vida, que na maioria das vezes significa o acesso a direitos mais elementares” (SOUZA, 2010: 202).

A resposta do governo federal e dos governos estaduais tem se concentrado no aumento das medidas repressoras as ações dos movimentos sociais das classes trabalhadoras contradizendo com o discurso de defesa dos direitos humanos, transparência e melhoria das condições de vida, Os exemplos são vários, mas destaco duas situações: a) O governo federal condena os indígenas do Xingu e comunidades ribeirinhas a piorarem suas condições de vida e reprime as manifestações ao permitir a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará; b) Na greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que atingiu 58 das 59 universidades o governo federal desconsiderou a maciça adesão ao movimento grevista que refletia a insatisfação diante da política de expansão das universidades através do REUNI e reivindicava reestruturação da carreira docente e defesa da universidade pública e gratuita. O governo desqualificou os docentes divulgando que a greve era de uma minoria, que prejudicavam os alunos, confundiu a sociedade apresentando dados falsos ao dizer os docentes teriam 45% de aumento, orientou os Reitores a cortarem os pontos dos respectivos professores e firmou acordo com o PROIFES, sindicato que representava apenas 7 universidades, dando por encerrada a greve.

### **Indicações para uma conclusão**

Em situações de crises as lutas de classes se acirram e se alargam, principalmente pela organização política da classe trabalhadora que reage contra o aumento dos processos de exploração e dominação e a cortina que dificulta a visibilidade da relação simbiótica entre o Estado e as classes dominantes tende a se romper. Embora



a luta de classes seja constitutiva da formação social das sociedades, como já foi dito por Marx “a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (MARX e ENGLÉS, 1996: 66) a cada contexto histórico novas ferramentas são forjadas.

Acredito que o desafio colocado nesse momento para o movimento social da classe trabalhadora em nível mundial é romper com a ofensiva ideológica que ao mesmo tempo em que desqualifica e criminaliza as manifestações de resistência dos trabalhadores, recompõe em bases autoritárias e conservadoras os ideais burgueses de manutenção da ordem como garantia para se manter a acumulação do capital.

E para fazer frente a agressividade da classe dominante aos direitos dos trabalhadores e a liberdade de organização, tão duramente conquistadas, cabe a classe trabalhadora “romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente” (Gramsci, 1991: 11)

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: Boitempo, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. 6ª. Ed. Petropolis: Vozes, 1996.
- MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Ensaio, 1996.
- SOUZA, Davisson C. C. de. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. *Lutas Sociais*, n. 25/26, São Paulo, 2010.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996).



## Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos no Sudeste do Pará

Celia Regina Congilio<sup>1</sup>

### Resumo

Analisa os processos contemporâneos de ocupação amazônica, tendo como referência a atividade mineradora no sudeste paraense - mais especificamente a concentrada no entorno do município de Marabá - e os conflitos gerados pela forma predatória dessa cadeia produtiva (mineração – carvão - siderurgia – ferro e aço), que expulsa camponeses e ribeirinhos das terras em que antes produziam e reproduziam suas existências. Tais ações provocam urbanizações caóticas, em ações (in)civilizatórias nas quais a noção idealizada de progresso traz o significado real de expansão do capital, morte e devastação.

**Palavras-chave:** Estado, mineração, capitalismo, socialismo.

### Abstract

Analyzes the contemporary processes of Amazonian occupation, with reference to the mining activity in southeast Pará - specifically concentrated in the vicinity of the city of Marabá - and the conflicts generated by the predatory way this production chain (mining - coal - steel - iron and steel) which expelled peasants which were previously produced and reproduced their existences. These actions produce chaotic urbanization and (in) civilizing. The idealized notion of progress brings the real meaning of capital expansion: death and devastation.

**Keywords:** State, mining, capitalism, socialism.

---

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: conborg@uol.com.br



## Introdução

A atividade mineradora no sudeste paraense, mais especificamente a concentrada no entorno do município de Marabá, centro econômico e administrativo de uma vasta região da fronteira agrícola amazônica tem se colocado como elemento importante de pesquisa devido aos grandes impactos socioeconômicos, políticos e ambientais que provocam na região e, especialmente, pela importância do minério no momento atual da crise econômica pela qual passa o capitalismo e as dinâmicas de exploração dos recursos naturais existentes nessa região.

Inúmeros são os efeitos que a expansão do capitalismo, em nome do que chamam progresso, mas que também poderíamos chamar de morte, trazem para a região amazônica: devastação das florestas; aniquilação de comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas entre outros); destruição da agricultura familiar e envenenamento alimentar pelos agrotóxicos do agronegócio; processos migratórios que originam urbanizações caóticas e que servem à formação de força de trabalho em condições precarizadas, expansão do narcotráfico, da prostituição infanto-juvenil, alta mortalidade de jovens das periferias, alvos do crime organizado e das milícias e por aí afora.

Como resposta aos movimentos sociais que se organizam para resistir ao longo desses aproximados 40 anos de implantação dos grandes projetos induzidos pelo aparato estatal para a expansão do capitalismo na região, tem-se - passando pela ditadura militar aos governos intitulados democráticos (de Sarney à Dilma) – repressão violenta do Estado, assassinatos por armas privadas sem intervenção do Estado e pelas próprias forças repressivas institucionais<sup>1</sup>, processos de cooptação e de desmobilização, campanhas de criminalização, numa prática corriqueira da violência que envolve a

---

<sup>1</sup>Mencionamos, entre tantos outros, o massacre pela ação policial dos 19 membros do MST em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996 e, mais recentemente, o assassinato, por pistoleiros a mando do capital privado, do casal extrativista José Cláudio e Maria do Espírito Santo, em 24 de maio de 2011, ambos com forte repercussão internacional e, mais recentemente, tendo em vista a implantação do Projeto S11D da VALE, a expulsão forçada de moradores em várias comunidades no entorno do município de Canaã de Carajás. Este último refere-se a estudos em andamento no projeto em andamento que dá título a este trabalho.





participação não apenas do Estado, como também as empresas privadas e o latifúndio nacionais e estrangeiras.

A violência para a expropriação de terras para expansão do capital é retratada por Moraes (1999 pg.27), na pesquisa sobre o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, ao analisar a expropriação do campesinato, situação que nos últimos 40 anos se reproduz na Amazônia:

tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região.

Ao tratar sobre os diferentes modelos de reestruturações produtivas e as práticas governamentais de apoio à expansão do capital, discuto o mito do Estado Mínimo, caracterizando o papel do Estado e suas articulações com os propósitos capitalistas por intermédio de duas ações:

Quanto aos recursos financeiros destinados a impulsionar reestruturações produtivas excludentes - determinadas por países hegemônicos de acordo com as normas de competitividade vigentes - e difundidas no país a partir do início da década de 1990 e quanto à difusão do arcabouço ideológico necessário para a implantação das políticas (industriais, econômicas, sociais etc.) que ajustam a economia nacional às necessidades do mercado mundial (Congilio, 2004).

Hoje acrescentaria pelo menos mais uma: a prática institucionalizada/banalizadora da violência e criminalização contra qualquer forma de oposição aos processos que implementam o que tem se chamado de Progresso (= morte).

O Progresso, tal como se apresenta, traz uma visão de mundo a partir do grande capital localizado nos países que comandam a economia mundial e em processos civilizatórios que reproduzem etnocentrismos já conhecidos nos períodos coloniais. Expressam, conforme descrito por Dussel (2005) que a civilização moderna é mais desenvolvida e superior o que obriga aos países “civilizados” desenvolverem os mais primitivos, numa falácia desenvolvimentista que busca justificação para todo o tipo de violência e destruição dos “bárbaros” que se opõem ao processo “civilizatório”. Essa dinâmica assume o caráter de “progresso”, no qual as práticas violentas de repressão e extermínio, bem como o rastro de destruição ambiental que deixam, são tidos como



sofrimento inevitável, necessário e benéfico diante de um futuro próspero para todos. Dessa forma o progresso (= morte) se apresenta como a única forma possível de reprodução da humanidade e a ele devemos nos conformar.

### **Marabá na rota da (in)civilização**

Os últimos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que em 30 anos, considerando apenas o município de Marabá, houve um aumento populacional de cerca de 650%, provocado pela atração dos diversos setores produtivos aí instalados e, entre os quais se destaca a Companhia VALE e suas diversas áreas de extração e beneficiamento de minérios. Com origens das mais diversas localidades (em grande parte do Maranhão), grande parte dessa população é de despossuídos de terra e trabalho, compõe uma massa de força de trabalho extremamente precarizada e ocupa bairros periféricos insalubres, totalmente ausentes de políticas sociais que provenham seus moradores de um mínimo de dignidade.

Antes de 1980, a região já vinha passando por uma intensa transformação fundiária, política, econômica e social. Uma acentuada migração já existia nas décadas anteriores a 1960 e 1970. A atividade mineradora e os projetos a ela associados contribuíram, todavia, para manter elevado o fluxo migratório, principalmente, de nordestinos para a região.

Inúmeros são os estudos acadêmicos, sejam enaltecedores dos propósitos capitalistas para a região ou de conteúdo crítico, mas, a despeito dos diagnósticos negativos, o capitalismo avança irrefreável, alheio a estudos de impactos e deixando no seu rastro e como marca no presente, os sinais de destruição e uma aparente “boa inserção do Brasil” na balança comercial, colocando o país, em apelos ufanistas, entre as dez maiores economias do mundo, com grande participação do minério extraído das terras ocupadas pela empresa VALE no sudeste do Pará.

Na impossibilidade de tratar de todas essas questões, o foco das reflexões que aqui propomos é a atividade mineradora para exportação e elementos da cadeia produtiva constituída na indústria siderúrgica - que vai do carvão ao aço - tendo como um dos focos o distrito industrial instalado no final da década de 1980 com a finalidade de criar a base



de um pólo siderúrgico visando o minério de ferro de Carajás, explorado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce, privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso e hoje denominada [Vale S.A.](#)

A indústrias mineradora e a siderurgia, compostas pela mineração respondem na região por duas grandes frentes de atividades predadoras: a atividade industrial das siderúrgicas, alimentadas pelo ferro e pelo carvão extraídos na região levam, por um lado, a uma intensa atividade madeireira e devastação da floresta nativa. Por outro lado, a mineração de lavra tem poluído rios e nascentes e, ao mesmo tempo em que expulsa lavras camponesas, comunidades indígenas e ribeirinhas de suas terras, atrai trabalhadores desempregados de outras regiões, contribuindo para uma acelerada e caótica urbanização.

Sucessivos governos têm incentivado um conjunto variado de atividades exploratórias econômicas (mineração intensiva, indústrias siderúrgicas, exploração madeireira, agropecuária e o agronegócio) sem contrapartida eficiente em políticas sociais e acompanhamento sistemático das relações de trabalho, o que coloca o Pará como o estado campeão de ocorrências de trabalho similar ao escravo. Quem defende a supremacia de um determinado modelo sobre processos de organização do trabalho, afirmamos que a desigual difusão das tecnologias e da distribuição das riquezas permite a convivência de diferentes modelos de reestruturações produtivas – num mesmo setor ou empresa, conforme as condições mais propícias à valorização do capital. Taylorismos, fordismos e toyotismos; formal, informal, adulto, infantil, masculino, feminino, o capitalismo nutre-se de milhões de seres humanos cotidianamente explorados. Desde a utilização da energia dos moinhos de água, passando pelo carvão e, deste, para os sistemas eletromecânicos, até os computadores modernos, são cerca de trezentos anos de capitalismo, com várias aplicações técnicas e gerenciais para o aumento da produtividade. Novos “modelos de reestruturações produtivas” serão inventados, tendo como substrato a lógica do capital e a desmobilização das organizações dos trabalhadores, como ocorre sempre nos momentos de crise capitalista.



Numa correlação perversa de forças entre os atores sociais envolvidos, as políticas governamentais têm favorecido os grandes empreendimentos econômicos por intermédio de incentivos fiscais, aportes financeiros, alterações legislativas e fiscalização ineficiente das relações de trabalho em detrimento de condições dignas de vivência social para a imensa maioria das populações locais, como relata, entre outros estudiosos sobre a região amazônica, Hébette (2004).

Santos (1996) considera que a chamada globalização ampliou a importância do conceito “território”, em parte por causa da competitividade, cujo exercício leva a uma busca desenfreada de maior produtividade. Esta, por sua vez, depende das condições oferecidas nos lugares de produção, circulação e consumo, constituindo alguns territórios mais apropriados para aumentar o lucro, em detrimento de outros. Tais condições são criadas, recriadas, estimuladas ou debilitadas conforme ações decisivas do Estado.

Os processos gerados pela divisão internacional do trabalho aprofundaram as condições contraditórias e desiguais geradas em períodos anteriores de acumulação do capital no Brasil. Trazidos pelos ventos do neoliberalismo, os governos federal e locais paraenses investiram com peso na mineração e no beneficiamento primário do minério, concedendo incentivos fiscais vultosos para as empresas que aqui se instalaram ou privatizando as que já possuíam capacidade de produção.

Os deslocamentos das empresas, apoiados por ações indutoras do Estado, resultaram na região em formas diferenciadas de exploração dos recursos naturais em múltiplos aspectos. Essa segmentação articula-se plenamente com os interesses dos grandes conglomerados empresariais, representados pelas políticas de acumulação contemporâneas. E resultam em impactos sociais enormes, especialmente na composição dos núcleos urbanos do sudeste paraense, que nos últimos anos têm se caracterizado por um grande crescimento em todos os setores de produção públicos e privados, compondo uma rede diversificada de atividades industriais, agropecuárias, extrativistas, de serviços e de infraestrutura que perpassam setores estratégicos em praticamente toda a cadeia produtiva.





Áreas imensas territoriais vêm sendo compradas pela indústria mineradora e desestruturam setores de produção agrícola já constituída pela reforma agrária implantada na região, uma vez que a extração do minério contamina as águas e toda a terra produtiva ao seu redor. Isso, aliado a ausência de uma política efetiva de reforma agrária que dignifique as condições de vida do pequeno agricultor e incentive a permanência do jovem nos assentamentos, faz com que os pequenos produtores vendam seus lotes a preços baixos e migrem para as áreas urbanas em busca de trabalho.

Indicadores revelam que o município de Marabá, que hoje possui cerca de 250 mil habitantes, é o quarto colocado no país em matéria de mortes por violência, especialmente por assassinatos na faixa etária entre 15 e 25 anos do sexo masculino. O município de Itupiranga, com cerca de 50.000 habitantes, se coloca em primeiro lugar nessa mesma estatística (<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2010/>). Ambos os municípios estão localizados no sudeste paraense, próximos ao chamado Bico do Papagaio, onde ocorre o encontro dos Rios Tocantins e Araguaia, região conhecida especialmente pelo acirramento dos conflitos agrários, uma vez que os setores agropecuários e do agronegócio se instalaram violentamente nas áreas rurais, provocando a expulsão de grandes levas camponesas para os perímetros urbanos.

O local já abrigou grupos de resistência à ditadura militar e corpos desaparecidos nos anos de chumbo são até hoje procurados pelo Grupo de Trabalho Tocantins, criado pelo Ministério da Defesa em abril de 2009, por determinação da 1ª Vara Federal de Brasília. A Justiça, pressionada por grupos nacionais e internacionais de Defesa dos Direitos Humanos e familiares dos desaparecidos, determinou que a União tente encontrar os restos mortais dos envolvidos na Guerrilha do Araguaia, ocorrida há cerca de 40 anos na região.

O fato é que, numa região já marcada pela violência estatal, a questão agrária tem sido resolvida a favor do latifúndio e do grande capital, na mesma medida em que se intensifica a expulsão de uma força de trabalho excedente para as cidades. Políticas sociais redistributivas das imensas riquezas extraídas são insuficientemente pautadas pelos governos e ocorre crescente deterioração dos serviços públicos, expressa,



sobretudo, na enorme desassistência aos jovens e crianças oriundos da classe trabalhadora. Isto se torna visível quando se percebe o precário atendimento a este segmento nos núcleos urbanos da região. A heterogeneidade nas formas de distribuição e processamento do trabalho expressam vivências sociais e ocupação espacial geradoras de conflitos, o que impacta diretamente na realidade local e nas estratégias sociais de análise sobre as ações do Estado e na implementação e controle das políticas sociais.

O que se observa são efeitos que tornam mais aguda a urbanização sem intervenção em políticas sociais dos poderes públicos, o que contribui para o crescimento de desigualdades sociais profundas e precárias condições de vida, de trabalho, de cultura. São situações geradas pela forma como se organiza o capital na região e a sua relação com o Estado, sobretudo por intermédio da indústria mineradora, facilmente observáveis em outros municípios amazônicos nos quais a mineração tem se tornado a pauta principal das economias locais.

### **Luta de Classes – única resposta possível**

O problema teórico de tais questões incide sobre no mínimo três questões: i) os fenômenos das políticas recentes do Estado e sua eficácia essencial para a expansão do capital, o que reafirma o caráter de classe do Estado capitalista que no Brasil contemporâneo tem se articulado à dinâmica mundial com incentivos à burguesia exportadora, na região norte concentrada em três áreas de produção: a soja, o minério e a agropecuária; ii) sobre os desdobramentos nas relações sociais de produção, que vão da precarização e terceirização na extração do minério, ao trabalho escravo nas fazendas, carvoarias e plantações de eucalipto, o que coloca em questão as reestruturações do capital e diferentes formas de exploração do trabalho e iii); e sobre as condições e dinâmicas da luta de classes, com resistência enfraquecida pela criminalização, assassinato por pistolagem e cooptação, colocando a necessidade de estudos mais criteriosos sobre as ações dos movimentos sociais e suas articulações com o Estado

O desafio que se coloca para nós (pesquisadores acadêmicos e sociedade diretamente atingida) é promover, num plano de lutas imediatas, atividades que envolvam



universidades, governos e entidades dos movimentos sociais, sindicatos e populações locais em perspectivas mais abertas e efetivas de estudos e ações referentes aos processos de tomada de decisões relativas ao meio ambiente, ao desenvolvimento e às políticas públicas de cunho universais. Entendemos que a relação existente entre a comunidade científica e tecnológica e o público em geral deve ser ampliada e aprofundada permanentemente, de forma que o uso da informação e dos conhecimentos científicos possam constituir instrumentos dialógicos na implementação de políticas e de programas governamentais.

Para além disso, o questionamento que se coloca no campo da luta de classes deve ter como perspectiva novos marcos civilizatórios. Luxemburgo (s.d.)<sup>1</sup>, ao descrever o cenário do capitalismo europeu no pré I Guerra Mundial, relata:

Os negócios prosperam sobre as ruínas. As cidades se transformam em montes de escombros, os vilarejos em cemitérios, regiões inteiras em desertos, populações inteiras em tropas de mendigos, (...). O direito dos povos, os tratados, as alianças, as palavras mais sagradas, a autoridade suprema, tudo está em pedaços. (...) qualquer diplomata chama seu colega na cara de canalha infame, qualquer governo assegura que o governo adversário leva seu povo à derrota, cada um desejando para o outro a execração pública (...). Pisada, desonrada, patinando no sangue, coberta de imundície: eis como se apresenta a sociedade burguesa, eis o que ela é. Não é quando, bem alimentada e decente, ela se traveste de cultura e filosofia, de moral e ordem, de paz e de direito, mas quando ela se assemelha a uma besta selvagem, quando ela dança o sabá da anarquia, quando ela sopra a peste sobre a civilização e a humanidade que ela se mostra cruamente como é na realidade (sem indicação de página).

Nessa época de dominação internacionalizada do capitalismo em direção a todo e qualquer espaço planetário, se torna mais do que nunca nos associarmos a respostas internacionais de resistência, a começar pelas ações que confrontem as ações governamentais no plano interno. Saiamos dos nossos gabinetes acadêmicos burocratizados e de nossas aulas exaustivamente preparadas e esquematizadas de acordo com parâmetros curriculares produtivistas. É necessário colocar na ordem do dia ações concretas pela unificação das muitas lutas que percorrem o mundo em apelos por uma nova ordem mundial e retomar interpelações teóricas sem os pudores impostos pela

<sup>1</sup> Escrito na prisão em 1915 e publicado em 1916 em protesto à I Guerra Mundial e denunciando as tendências à uma II Guerra. Num alerta em que todas as riquezas do mundo seriam subjugadas pelo capitalismo imperialista, Rosa retoma expressões de Marx e Engels a respeito do avanço do capital e a devastação que provoca em territórios colonizados no século XIX.



regressão teórica neoliberal. Que se retorne com urgência ao que Rosa Luxemburgo anunciou como palavra de ordem: Socialismo ou Bárbarie!

## BIBLIOGRAFIA

(Borges) CONGILIO, C.R. **Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos**. Tese de doutorado. São Paulo. PUC, 2004

DUSSEL, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur, CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> acessado em julho de 2009.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém. EDUFPA, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Estatísticas (Censo 2010). [http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php), acessado em 02/12/2011).

LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia (folheto Junius). (<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>), acessado em 21/06/2013.

MORAES, Ma. S. et. MENEZES, Ma. A, de. Migrantes temporários: fim dos narradores?. In: **Nehohistória. Revista do Núcleo de Estudos em História Oral**. Nº1, novembro 1999.

SANTOS, J. V. T. **Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontificia Universidad Javeriana Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000, disponível em (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>), acessada em 19/05/2013.

SANTOS, Milton (1996). **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo. Perseu Abramo.





## Resistência e Ofensiva na luta dos Atingidos pela Vale

Maria Gorete de Sousa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Análise a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, a partir da mobilização dos trabalhadores atingidos nas comunidades e cidades onde a Vale têm atuação na sua forma destrutiva em impactos sociais, culturais e ambientais. Fruto do intercâmbio com várias organizações, movimentos sociais, ambientalistas se inicia um processo de construção de uma rede internacional para troca de experiências em acúmulo e discussão de ações conjuntas de ofensiva e resistência à atuação da Vale em seus países. Essas articulações intentam afirmar que os liames da ofensiva e da resistência locais tem um imperativo: sua construção em escala continental, em perspectiva internacionalizada, posto que é este o circuito e a escala de operações do capital. Assim, no quadro da abordagem deste estudo, é de se ressaltar que a luta dos Atingidos pela Vale, não pode, historicamente, ser compreendida no marco estrito de luta contra uma empresa e sua atuação. A compreensão se desborda, em esforço de síntese, na direção de uma luta para além da Vale. É a luta contra o capital e sua forma destrutiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, luta internacional e Capital

**ABSTRACT:** This paper analyzes the Joint International Affected by Vale, from the mobilization of the workers affected communities and cities where Vale has operations in its destructive impacts on social, cultural and environmental. Fruit of the exchange with various organizations, social movements, environmentalists begins a process of building an international network to exchange experiences and discuss buildup of joint offensive and resistance to the action of Vale in their countries. These joints intend to say that the bonds of the offensive and the local resistance has an imperative: its construction on a continental scale, prospective internationalized, since this is the circuit scale of operations and capital. Thus, under the approach of this study is to highlight the struggle of People Affected by Vale, can not historically be understood within the framework of strict control of a company and its operations. Understanding overflows in synthesis effort toward a struggle beyond the Valley. It is the struggle against capital and its destructive way.

**KEY-WORDS:** International Linkage of People Affected by Vale, international struggle and Capital

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Córdoba.



O foco do presente artigo é a análise da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, a partir da mobilização dos trabalhadores atingidos nas comunidades e cidades onde a Vale têm atuação, e cuja ação atinge de forma destrutiva toda a sociedade, portanto o conceito de atingido perpassa a totalidade da sociedade, nos seus impactos sociais, culturais e ambientais.

Quando falamos de Articulação dos Atingidos pela Vale, estamos nos referindo, em específico, a um conjunto de movimentos sociais, sindicais, ambientalistas, comunidades e grupos organizados que buscam níveis de coesão coletiva com o objetivo de enfrentar os impactos causados pela ação da Vale.

No que se refere à relação sociedade e Vale, a mediação do Estado como tal, sua representação é da democracia, ocorre que há uma fragilidade nessa sua representação, bem como da empresa Vale. Esse Estado democrático de direito é negado sistematicamente, quando se trata dos direitos dos que estão desprovidos, dos desvalidos, dos “sem”, como bem demonstra Silva:

A marca do Estado brasileiro continua sendo a repressão aos movimentos sociais e/ou seletivamente aos membros das classes populares. Conforme ocorreu com as ligas camponesas em 1960, duramente reprimidas por reivindicar a reforma agrária, as lutas sociais dirigidas, por exemplo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo Movimento dos Sem Teto ou pelo Movimento Atingidos por Barragens, recebem do Estado o mesmo tratamento autoritário. As mobilizações e as lutas sociais contra as políticas neoliberais são identificadas como ameaça ao Estado Democrático de Direito. (SILVA, 2012, p. 193).

Diante dessa tão evidente incongruência, os trabalhadores, camponeses, indígenas, ambientalistas, quilombolas irão questionar essa representação do Estado brasileiro, refazendo suas formas de resistências, agora diante de um novo quadro, pois não é atingida somente uma categoria de trabalhadores, são várias e, em vários lugares, ao mesmo tempo. Nesse passo, essas várias formas de resistências se juntam: as greves, ocupações, interdição da estrada de ferro, táticas cotidianas de resistir vão se construindo para que seus mínimos direitos não sejam denegados, dentro do “Estado democrático de direito”.

Por outro lado, o que se percebe é a violação dos direitos das populações locais



onde se verifica a atuação da empresa Vale. Essa relação desigual e conflituosa entre a Vale e o Estado, por um lado e os Movimentos Sociais, de outra parte, possibilitam a resistência local, mas, bem vistos os fatos e a construção, a perspectiva é internacional. Pois o nível de repressão da Vale não difere quase em nada nos cinco continentes, como podemos constatar entre as experiências do Canadá, Moçambique, Perú e Brasil, quando se examina o problema em perspectiva comparada.

Constitui característica comum no modo de atuação da Vale nos diferentes países, na forma de impedir que os atingidos desses países reivindiquem seus direitos, em primeiro lugar, sua estrita ligação com o Estado nesses países; no caso do Canadá, a Vale encontrou maiores dificuldades para flexibilizar a legislação local; entretanto as formas diversas e simultâneas de persuasão, pressão, cooptação, são de natureza idêntica em todos os países.

Segundo depoimento de um sindicalista mineiro do Canadá, entre os anos de 2009 e 2010, a Vale-Inco<sup>1</sup>, a política da empresa inicia um amplo processo de redução dos salários, aumento das jornadas de trabalho, demissões massivas, e principalmente, o corte de benefícios e outros direitos adquiridos. Tal política de denegação de direitos encontrou uma forte resistência dos trabalhadores, como se observa na realização da maior greve já ocorrida no Canadá: 12 meses em Sudbury e Port Colborne, Ontário, 18 meses em Voisey's Bay, na Província de Newfoundland e Labrador, mobilizando mais de 3 mil trabalhadores. O fato mais marcante desse processo é que desencadeou uma rede de solidariedade, envolvendo não somente a categoria dos mineiros, ultrapassando as categorias e fronteiras de países e continentes, amadurecendo dessa forma, o processo de articulação internacional dos atingidos pela Vale.

Ainda em depoimento, o sindicalista canadense, no I Encontro Regional Atingidos (2011), após o contacto com os relatos de brasileiros e moçambicanos sobre os impactos que a Vale tem causado, conclui: “*No Canadá, a forma como a Vale esta impondo aqui e*

---

<sup>1</sup>Subsidiária da Vale, tem um processo, impetrado pelas comunidades locais por problemas ambientais por destruir o Lago de Sandy Pond, embora tenha sido condenada em 2010 ao pagamento de cerca de 36 milhões de dólares canadenses em indenização para mais de 7.000 (sete mil) moradores de Port Colborne, Província de Ontario, a Vale conseguiu nova análise do caso, este, em Suprema Corte do Canadá.



*na África, seria diferente, não seria tão aberto, mas no final seria feito”.*

A riqueza da experiência vivida entre os atingidos pela Vale aprofunda essa compreensão da luta para além de suas comunidades, de suas fronteiras. A troca de informações, o intercâmbio entre as experiências que são contadas, socializadas nos momentos de vivência prática dos mineiros canadenses em outros países e dos trabalhadores em apoio no Canadá, fortalecem o sentimento de coesão coletiva e horizonte comum, o que possibilita pensar uma luta internacional, a princípio, contra uma empresa. Essa notável troca de experiências, torna-se um elemento fundante, no sentido da construção de laços mediante a experiência da exploração de vários rostos e culturas, mas sob o mesmo capital.

Outras formas de resistência onde se observa um conteúdo comum serão experimentadas em outras partes do mundo, como é o caso dos mega-projetos de mineração de Moma e Moatize para abertura das minas de carvão, no Norte e Centro de Moçambique. Segundo denúncia do Centro Moçambicano de Integridade Pública, de 2009 até o momento, muitos camponeses foram expulsos de suas comunidades, cerca de 760 famílias; quando a Vale criou projetos de reassentamentos para as famílias. Contudo, essas comunidades vivem um agudo grau de expropriação: de “seu território”, de sua cultura, de sua história ancestral e do tempo presente, bem como de suas formas de produzir a existência na agricultura, agravando ainda mais os níveis de pobreza na região.

Outros casos de resistência provocados sempre pelos impactos sociais e ambientais ocorrem em comunidades vulneráveis e com uma ausência da ação do Estado, como nos casos do Peru na região de Cajamarca, na Indonésia, na Argentina e na Nova Caledônia. São lutas de resistência às formas de atuação violenta da Vale, com a ação de milícias dentro das instalações, perseguição às lideranças, **disputa de terras** em regiões onde havia lavouras, casas, cemitérios, agora desvestidos de seu significado e existência concreta e transformados em canteiros de obras e lugares da produção e extração dos minérios.

A confluência dessas lutas se dá pela natureza das mesmas, atingindo ao mesmo





tempo trabalhadores dos cinco continentes nas formas de exploração do trabalho e bens da natureza. Este fato social possibilita a articulação de uma linguagem comum da luta social, no encontro desde a exploração e expropriação de milhares de trabalhadores, camponeses, populações tradicionais, povos indígenas na resistência local; favorecendo, entretanto, níveis de compreensão e exigência de uma ofensiva internacional, explicitada pela própria realidade, sem mediações. Há em curso um processo de lutas de resistência em defesa do que os movimentos sociais, comunidades tradicionais e indígenas chama de “bens comuns da natureza”.

Podem-se enumerar vários casos da forma como a Vale vai atuar junto às comunidades, no sentido do “convencimento”, da “persuasão”, cujo efeito é a criação de mecanismos de “colaboração” com os objetivos imediatos ou de longo prazo da empresa. Tal se observa nos casos do Assentamento Palmares, em Parauapebas, estado do Pará e Açailândia, Maranhão, onde 18 militantes do MST foram condenados com uma ação de Interdito Proibitório<sup>1</sup> impetrado pela Vale, ou estão sob vigilância, com inquérito policial. A ação de interdito determina que os militantes sociais sejam proibidos de se aproximar 500 metros dos trilhos da ferrovia. A alegação da empresa visa, segundo a medida, “impedir a ameaça de ocupação dos trilhos da Estrada de Ferro de Carajás”; neste caso, é de se anotar o pleno desconhecimento da vida nestas comunidades, pois elas vivem nas áreas por onde passa o trem. Necessitando ir e vir todos os dias para trabalhar, os trabalhadores se veem na situação de presos em sua própria casa, em sua comunidade. O eufemismo da linguagem autoritária da empresa tem como lastro a definição de “responsabilidade”, ou seja, como qualquer manifestação de resistência cujo lugar seja os trilhos da EFC e de responsabilidade desses militantes, transformados em “suspeitos”, a linguagem judicializada recorre ao termo de “ação preventiva”. São fatos dessa natureza que corroboram a necessidade de luta unificada dos atingidos pela Vale.

No obstante, este intento de “alienación territorial” (Santos, 1996) enfrenta radicales y masivas resistencias locales que, mediante la conformación de redes de solidaridad –y el auxilio de las tecnologías de la información-, se han

<sup>1</sup>É uma ação proibitória quando uma pessoa, ou grupo de pessoas não pode se aproximar de uma propriedade, sob alegação do proprietário que esta sendo ameaçada. É uma ação de natureza preventiva, desdobrada da ação de manutenção de posse..( Em conversa informal com uma advogada da Terra )



propagado a nível nacional y continental, dando lugar a la configuración de un “nuevo internacionalismo” (Seoane, Taddei y Algranati, 2006).

A empresa Vale se utiliza dos instrumentos do Estado para reprimir e coibir qualquer tipo de mobilização reivindicatória, contraditoriamente ao previsto no Estado democrático de direito e na própria argumentação da Vale. Retomamos o seu slogan “*somos globais por que estamos em todo mundo, somos globais porque pensamos no mundo todo*”, para atestar a inversão do discurso, se confrontado, com a prática empresarial, afirmando de forma global um jeito de coagir, cooptar, explorar e expropriar. De outra parte, essa prática vai provocar uma rede de solidariedade internacional, possibilitando que os atingidos pela ação predatória da empresa Vale possam também, de forma global, construir uma resistência e ofensiva na perspectiva dos movimentos sociais.

Essa articulação foi sendo construída a partir de outros espaços de mobilização internacional de movimentos de luta contra o neoliberalismo, de fundo anti-imperialista e anti-capitalista; entre esses espaços, está o FSM – Forum Social Mundial<sup>1</sup>. Sua nona edição, realizada em Belém, capital do Pará, foi um momento de grande debate sobre a situação da Amazônia, quando a Via Campesina organiza uma atividade preparatória ao FSM - uma caravana internacional pela Amazônia, cujo objetivo seria aprofundar o conhecimento sobre os problemas e os enfrentamentos ao capital na região. Naquele momento a Vale se destaca como um investimento do capital que muito tem impactado as populações da região.

Fruto desse intercâmbio com várias organizações, movimentos sociais, ambientalistas se inicia um processo de construção de uma rede internacional para troca de experiências em acúmulo e discussão de ações conjuntas de ofensiva e resistência à atuação da Vale em seus países. Nesse primeiro momento é pensado um Primeiro Encontro, quando se organizariam de modo articulado as diferentes denúncias e visando, sobretudo, ampliar as formas de solidariedade entre os atingidos, como bem expressa

<sup>1</sup> Surge como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre anualmente em janeiro, em Davos, na Suíça. O FSM ocorre desde o ano de 2001, as primeiras versões tiveram lugar em Porto Alegre (2001, 2002, 2003, 2005 e 2009) ainda no Brasil, foi realizada em 2009 em Belém, no Pará.



seu documento convocatório.

A articulação dos povos e movimentos nos diferentes países em que há exploração da mineradora é fundamental para fortalecer nossas lutas locais, nacionais e internacionais. Precisamos nos unir para construirmos juntos nossas estratégias, e pressionarmos nossos governos para que nossos direitos de vida, trabalho, terra, moradia, saúde, e de um ambiente justo e saudável sejam garantidos. (Documento Convocatório, 2010)

Essa compreensão internacional da luta social se afirma frente às possibilidades que (re)surgem na organização dos trabalhadores e acordos a singularidade de cada período histórico. No atual momento, a afirmação da luta internacional é condição para se pensar soluções, respostas, às questões que foram impostas pela forma capitalista de produção. Nesse passo, os Encontros de base internacional, as articulações tentam afirmar que os liames da ofensiva e da resistência locais tem um imperativo: sua construção em escala continental, em perspectiva internacionalizada, posto que é este o circuito e a escala de operações do capital.

A realização do I Encontro da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale foi um marco importante, pois ali se materializa a necessidade objetiva de união e coesão social de diferentes categorias de trabalhadores, movimentos sociais e ambientalistas, sob objetivo comum: denunciar a política agressiva e predatória da Vale, socializar experiências de luta social e estabelecer formas de cooperação e solidariedade, como afirmado em Relatório desse primeiro Encontro.

Nesse sentido, o ano de 2010 marca significativamente um novo momento na articulação dos trabalhadores e atingidos da Vale quando é realizado o Primeiro Encontro Internacional dos atingidos pela Vale, em abril de 2010, no Rio de Janeiro, com a participação de representantes de organizações sindicais e movimentos sociais dos seguintes países: Brasil, Canadá, Chile, Argentina, Guatemala, Peru, Nova Caledônia e Moçambique,

Este encontro visa articular e consolidar uma rede de movimentos sociais, organizações e centrais sindicais de diversos países, incluindo populações, comunidades e trabalhadores(as) atingidos negativamente na suas formas de vidas e nos seus direitos pela forma de atuação da Vale, capaz de implementar estratégias coletivas de enfrentamento à empresa em escala global. Ao longo dos últimos anos, inúmeras experiências



mostraram que, para enfrentar os impactos e as violações causadas pela Vale, é necessária uma articulação global. (Dossiê dos Impactos e Violações da VALE no Mundo , pg.11, mimeo)

A finalidade do Encontro, segundo nota convocatória era definir estratégias comuns de trabalho, com o objetivo de fortalecer a luta dos trabalhadores e comunidades atingidas negativamente. Além disso, as entidades participantes enfatizam que a união popular de pressão destina-se a fazer com que a Vale “cumpra mundialmente com os padrões ambientais, tecnológicos e trabalhistas elevados, e que respeite e não tente retroceder as legislações vigentes. Não vamos deixar que a Vale rebaixe nossos direitos conquistados e destrua nossas vidas” (Documento Convocatório, 2010).

O que marca como característica de lutas, nesse tipo de organização, é a combinação entre o enfrentamento direto e, ao mesmo tempo institucional. A luta direta que se dá na resistência diária e surge como movimento e reação local e ofensiva das comunidades. Havendo desta forma uma aproximação dos significados das lutas no Brasil, África, Ásia e América, assim tomam formas de lutas sociais em defesa de seus territórios, aqui se dá o que se chama de resistencia e ofensiva como possibilidades de um movimento emancipatório.

A atuação da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, é autônoma e plural, buscando dar visibilidade internacional à luta, caminho e possibilidade de avançar na luta por direitos em todos os países com atuação da Vale. O fazer dessa luta utiliza duas ferramentas, como dito anteriormente: o enfrentamento direto e as ações institucionais; desde as mobilizações na Estrada de Ferro de Carajás, ocupações, até a participação nas assembléias de acionistas da empresa Vale.

Entretanto, percebe-se que embora tenha avançado na quantidade de denúncias, na capacidade de mobilização, é ainda considerado um limite, pelas comunidades atingidas, o nível de conquistas. Em alguns países não se avançaram em conquistas, embora não haja perda de direitos; entretanto na maioria dos países da América Latina, África e Ásia, além dos trabalhadores perderem seus minguados direitos, também os camponeses indígenas perderam seus territórios.

O capital, na atualidade, assume uma essência expansiva e destrutiva, melhor





dizendo, a lógica da “produção destrutiva” que István Mészáros(2009) identifica como um dos sintomas da atual crise do sistema. O autor afirma que não é possível ajustar o capitalismo; é de sua natureza que essa crise não se resolva do seu interior; tem que ir além das formas de produção capitalista. Portanto, um novo patamar para a acumulação e para a subsunção do trabalho, é resultado de sua natureza irreversivelmente destrutiva e incompatível com as necessidades da humanidade.

Assim, no quadro da abordagem deste estudo, é de se ressaltar em conclusão que a luta dos Atingidos pela Vale, não pode, historicamente, ser compreendida no marco estrito de luta contra uma empresa e sua atuação. A compreensão se desborda, em esforço de síntese, na direção de uma luta para além da Vale. É a luta contra o capital e sua forma destrutiva. Essa articulação internacional possibilita um tipo de ação necessária no atual momento histórico, para propor alternativa à lógica dominante de acumulação destrutiva expressa nos grandes projetos de mineração espalhados pelo mundo. Retomar, em nosso tempo presente, o sentido do internacionalismo como resistência e ofensiva contra o capital, é um imperativo como condição para continuar a reprodução da vida.

Ao final, queremos reafirmar, em perspectiva, a escrita de alerta do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, em 1848, acerca da alternativa histórica para o proletariado: sua união em todo o mundo contra a exploração capitalista. O Manifesto, é aqui atualizado, em sua dimensão de escrita de convocação à luta incessante contra um sistema de desigualdades e injustiças, baseado na opressão e exploração dos trabalhadores, o sistema capitalista e suas iniquidades. O Manifesto, como escrita de aviso, e uma indicação histórica do sujeito revolucionário: “Os proletários nada têm a perder a não ser suas algemas. Têm um mundo a ganhar”; é uma escrita do internacionalismo operário e de conclamação á luta social, como bem expressa sua frase final, tão conhecida e tão atual: “Proletários de todo o Mundo, Uní-vos!”

Essa consigna, como se vê nas questões examinadas neste trabalho, é atualizada, é contemporânea, e se coloca como imperativo para se pensar um mundo de justiça e liberdade.



## REFERÊNCIAS

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. In: BORON, Atilio; LECHINI Gladys (Orgs.) **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SILVA, Ilse Gomes. O Estado Burguês no Brasil sob suspeita: democracia e participação política no momento atual. Revista de Políticas Públicas. n. Especial Estado, Desenvolvimento e crise do capital. São Luís: UFMA, 2012, pp 191-196.

## DOCUMENTOS

Documento da Via Campesina, 2010

Dossiê Impactos e Violações da Vale no Mundo – 2010

Relatório I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010

Relatório II Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2011

## PÁGINAS DA INTERNET

[www.vale.com/vale](http://www.vale.com/vale). Acesso em 2011.

[www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br) Acesso em 2012.

<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero25/Intro.pdf>. Acesso em 2012.

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=521>. Acesso em 2011.

[www.justicanostrilhos.org](http://www.justicanostrilhos.org). Acesso em 2011.